

Que (in)justiça na atribuição do subsídio familiar e na fiscalização ...dos rendimentos reais das famílias em Portugal!

Exmº: Director do Jornal "A Página"

No nosso País "só não quer ver quem é cego!". Assim se vê a falta de vontade política para implementar de vez a justiça fiscal e a quebra do sigilo bancário.

Sou Educadora de Infância, o meu marido Professor do Ensino Superior Politécnico (ambos funcionários públicos) e temos duas filhas de 4 e 17 anos ao nosso encargo.

Esta semana fui obrigada a devolver à Direcção Geral do Tesouro, desde Outubro/2003, os 35.72 Euros mensais de subsídio familiar a que tinha direito, porque dizem-nos, passamos ao 6º escalão.

Entretanto, constatei que a isto não se chama justiça social, mas sim burla, porque esta redivisão do dinheiro em novos escalões, não é seguramente para quem mais precisa, porque continuam a receber alegremente este subsídio muitos: médicos, advogados, empresários, comerciantes, etc., e os demais aldrabões que não declaram os seus ganhos reais e que, em muitos casos são 10, 20, 50, 100, 1000 vezes superiores ao ganho mensal da minha família.

É que se tudo se mantivesse como estava, só havia injustiça nos que não precisam - assim, a injustiça é a dobrar, são esses os primeiros a continuar a receber esse subsídio! Afinal ando a pagar impostos para os ricos?

Feitas as contas por alto, e até aos 24 anos de cada uma das minhas filhas (enquanto estudarem), e ao valor actual de 17.86 Euros cada, o Estado fica-me com a assustadora quantia de 5985.57 Euros, neste contexto não aceito.

Estou revoltada, indignada, e quero veemente denunciar esta pouca vergonha de política social que temos, que permite que quem é leal e sério, na sua vida fiscal e como cidadão, pague as favas e seja prejudicado monetariamente; que permite que os pobres fiquem mais pobres e que os ricos ainda mais ricos, porque a corrupção instalou-se de tal forma que o que impera é a lei do safe-se quem puder.

Estamos num caos de valores, princípios, legalidade, dignidade, que vergonha! A somar a esta injustiça, os dois anos de salários congelados, a perda de poder de compra, o aumento do IRS, o agravamento das taxas da ADSE...